VIOLÊNCIA

Fuzilamento planejado com muita antecedência

Dois dos veículos utilizados na execução do delegado Ruy Ferraz foram furtados há meses, o que indica operação meticulosa

» FABIO GRECCHI
» IAGO MAC CORD*

Reprodução

Atiradores retornam ao carro de fuga após executarem o delegado. É possível ver que usam coletes balísticos

Reprodução

Toyota usada no crime (a da foto ao lado) foi encontrada queimada

A execução do ex-delegado-geral Ruy Ferraz Fontes, na noite de segunda-feira, em Praia Grande (SP), foi planejada com pelo menos cinco meses de antecipação. É o que indicam as investigações da Polícia Civil de São Paulo, por conta dos furtos de dois veículos utilizados na crime. A Toyota SW4 flagrada pelas câmeras de segurança na perseguição ao carro do policial aposentado tem uma comunicação de furto registrada em julho, enquanto que o Jeep Renegade usado na fuga foi levado em março. O grupo teria usado um terceiro carro para desaparecer — e que ainda não foi encontrado.

Além disso, as apurações indicam que a execução de Ferraz foi cometida por um bando possivelmente terceirizado pelo Primeiro Comando da Capital, mas especializado nesse tipo de operação. Isso porque, conforme registram as imagens, cada integrante tinha uma função específica na abordagem: o motorista em momento algum deixou o carro utilizado na fuga; um segundo homem parou o trânsito, ameaçando os motoristas; e os dois outros fizeram os disparos contra o delegado.

Além disso, os matadores utilizaram armas de vários (e grossos) calibres, além de estarem protegidos com coletes balísticos, o que indica estarem preparados para enfrentar uma troca de tiros com forças de segurança. A perícia contou 29 perfurações no Fiat Argo em que Ferraz estava, que pertencia à mulher do policial aposentado.

Na fuga, os bandidos incendiaram a Toyota, mas, por algum motivo, deixaram o Renegade intacto. Isso está sendo considerado a grande falha da operação e, por causa disso, as investigações estão tratando com reservas as provas recuperadas pela Polícia Científica, capazes de oferecer traços que identifiquem os assassinos. Mesmo assim, dois suspeitos foram identificados e a Justiça expediu oito mandados de busca e apreensão, cumpridos ontem.

Os investigadores tomaram os depoimentos de quatro pessoas ligadas aos possíveis envolvidos na execução de Ferraz, e afirmaram não saber onde estariam os supostos envolvidos. Um dos que é apontado como participante do assassinato, de 33 anos, tem passagens pela polícia por roubo, tráfico de drogas e é ligado ao PCC.

Nas diligências, as equipes dos departamentos de Homicídios e de Proteção à Pessoa (DHPP) e Estadual de Investigações Criminais (DEIC) apreenderam objetos que serão periciados. A polícia também está analisando os celulares de Ferraz em busca de pistas que possam esclarecer se a motivação do crime é recente — a polícia trabalha com a hipótese de que, como secretário de Administração de Praia Grande, ele tenha desagradado alguma empresa ligada ao PCC em licitação pública — ou se é uma vingança da facção — que combateu quando foi delegado-geral da Polícia Civil paulista, entre 2019 e 2022.

Jurado de morte

Relatórios do Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público do estado (MP-SP), registram que o Primeiro Comando da Capital planejava a morte de Ferraz desde o início dos anos 2000. Ele foi jurado de morte por Marcos Herbas Camacho, o Marcola, principal chefe da facção, que está preso no presídio federal de Brasília.

A execução ocorreu depois de o delegado ser perseguido por criminosos, depois de deixar o prédio da Prefeitura do município. Imagens de segurança mostram que seu carro foi atingido por dezenas de disparos e colidiu com um ônibus antes de capotar. Ferraz não teve chance de defesa, pois sua pistola pessoal foi encontrada em uma bolsa.

Segundo o governo paulista, Ferraz não solicitou proteção do Estado depois que se aposentou. O delegado, inclusive, tinha um carro blindado, que utilizava quando tinha de ir à capital, mas costumava utilizar o Fiat Argo.

*** Estagiário sob a supervisão de Fabio Grecchi**

» Assassino de gari tem bens bloqueados

A Justiça de Minas Gerais autorizou o bloqueio de bens do empresário Renê da Silva Nogueira Júnior — assassino confesso e réu pela morte do gari Laudemir de Souza Fernandes — e da mulher dele, a delegada Ana Paula Lamego Balbino Nogueira. A decisão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJ-MG) bloqueia contas e aplicações financeiras no valor de até R$ 611 mil, além de imóveis em nome do casal. O processo foi ajuizado pela filha do gari, que é menor de idade, e pede indenização por danos morais, pensão mensal e o pagamento de sessões de terapia. A viúva de Laudemir, Liliane França da Silva, também entrou com uma ação na Justiça de Contagem, Região Metropolitana de Belo Horizonte, com a solicitação de uma indenização por danos morais contra Renê e Ana Paula. O empresário e marido da delegada da Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG) confessou o assassinato, cometido em 11 de agosto, no bairro Vista Alegre, em Belo Horizonte. Ele atirou no gari em uma discussão no trânsito.

Divulgação/PCGO

Rildo usava uniforme de gari para cometer crimes e evitar suspeitas

Serial killer é preso em município goiano

» CARLOS SILVA

A Polícia Civil de Goiás prendeu o suspeito de ter cometido uma série de crimes em Rio Verde, no sudoeste do estado. Rildo Soares dos Santos, de 33 anos, é investigado por pelo menos seis ocorrências violentas: três feminicídios, um latrocínio e o desaparecimento de duas mulheres. As investigações apontam a possibilidade de tratar-se de um serial killer, por conta do padrão encontrado nas investigações.

Rildo agia de madrugada, vestido com um uniforme de gari, para circular sem levantar suspeitas. A maioria das vítimas era mulheres em situação de rua, usuárias de drogas ou em condição de vulnerabilidade. Todas eram subjugadas, levadas a terrenos baldios, estupradas e mortas a pauladas, principalmente na região da cabeça, a ponto de ficarem desfiguradas. O criminoso ainda roubava objetos das vítimas como uma espécie de "troféu", que foram encontrados na casa dele.

O crime que levou à prisão de Rildo foi o feminicídio de Elisângela da Silva Souza, de 26 anos, que desapareceu na madrugada de 11 de setembro, quando saía para trabalhar. Imagens de câmeras de segurança registraram a jovem acompanhada do suspeito em direção a um terreno baldio no bairro Popular. No dia seguinte, a família registrou ocorrência de desaparecimento e iniciou buscas por conta própria.

Além de Elisângela, Rildo é apontado como responsável pelas mortes de Alexânia Hermógenes Carneiro, de 40 anos, e Monara Pires Gouveia, de 31 anos, ambas encontradas em terrenos baldios de Rio Verde. Ele admitiu ter tido contato com as vítimas, mas negou os crimes. O delegado destacou as semelhanças entre os assassinatos.

A polícia também investiga o desaparecimento de duas mulheres: uma de 38 anos, usuária de drogas, vista pela última vez em 12 de setembro; e outra, de 42 anos, com transtornos mentais, sumida desde maio. A bolsa de uma delas foi encontrada na residência de Rildo, o que reforça as suspeitas de envolvimento.

O homem está detido preventivamente na Casa de Prisão Provisória de Rio Verde e responderá à Justiça por feminicídio, latrocínio e ocultação de cadáver no caso de Elisângela. Mas é investigado pelos outros assassinatos e desaparecimentos. As penas pelos crimes podem ultrapassar 200 anos de prisão.

ADULTIZAÇÃO

Lula sanciona lei que cria ECA Digital

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, ontem, a lei (PL) que estabelece o marco regulatório para proteger crianças e adolescentes no ambiente da internet — o chamado ECA Digital. A proposta estabelece regras para combater crimes contra menores de idade nas plataformas, que passam a ter responsabilidades específicas.

"É um equívoco acreditar que as big techs algum dia tomarão a iniciativa de se autorregular. Esse equívoco já custou a vida de várias crianças e adolescentes. Não apenas pela prática de bullying ou promoção de desafios muitas vezes mortais, mas, também, pelos ataques contra escolas e creches estimulados em grupos de internet", lembrou.

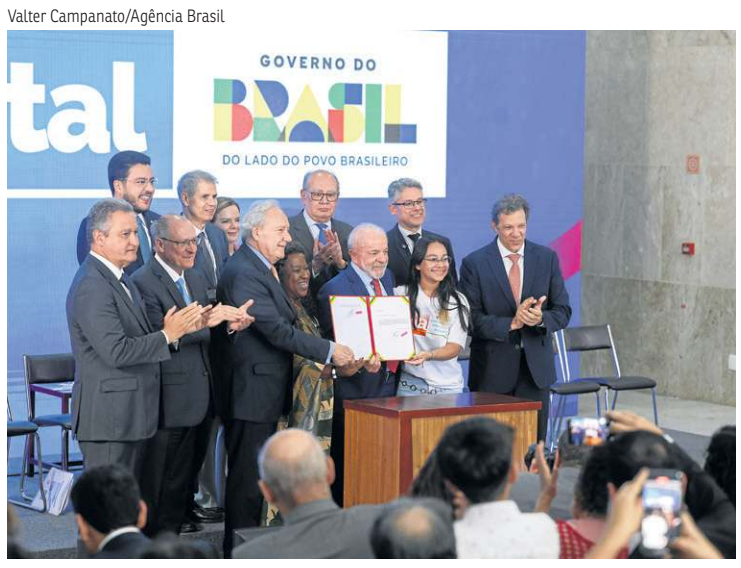
O presidente destacou, ainda, que o Brasil encaixa-se no grupo de países que têm leis de proteção às crianças e adolescentes no ambiente digital. "A partir de hoje, o Brasil tem a honra de se juntar a esse grupo de países", salientou.

Uma das novidades da lei é a previsão de que a fiscalização e punição sejam feitas por uma autoridade nacional autônoma. Essa entidade da administração pública será responsável por zelar, editar regulamentos e procedimentos e fiscalizar o cumprimento da nova legislação por parte das empresas de tecnologias digitais, incluindo redes sociais.

Por isso, Lula também assinou uma medida provisória (MP) que transforma a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) em agência reguladora com novas competências para o acompanhamento, a fiscalização e a sanção sobre as obrigações previstas no ECA Digital.

A matéria foi aprovada pelo Congresso em agosto e tinha de ser sancionado até ontem. O autor da proposta, o senador Alessandro Vieira (MDB-SE) — que participou da cerimônia que transformou o projeto em lei — frisou que o tema conseguiu unir parlamentares dos diversos espectros políticos representados no Legislativo, o que levou o PL à aprovação quase que por unanimidade nas duas Casas. **(Com Agência Brasil)**

Valter Campanato/Agência Brasil



Nova lei impõe às plataformas responsabilidades na proteção de menores